



## EDITORAL - VOL. 2, N. 8 (2023)

A REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE PESQUISA EM CRIMES EMPRESARIAIS E COMPLIANCE PROF. JOÃO MARCELLO DE ARAUJO JR. (**R-CPJM**) tem a grande satisfação de apresentar ao público a Edição n. 8, do Volume 2 (2023). Cuida-se de mais uma bem-sucedida providência editorial, que tem por *idée directrice* o aprimoramento da Ciência Conjunta do Direito Penal, em especial o Direito Penal Econômico e Empresarial, o *Criminal Compliance* e as novas tecnologias que “tomam de assalto” o pensamento acadêmico a partir da chamada Inteligência Artificial.

Nesta nova edição, o leitor encontrará nada menos do que **12 (doze) trabalhos científicos**, um número que abarca artigos de doutrina a exceção da pesquisa empírica elaborada pelo Pesquisador do CPJM – o Professor Rodrigo de Castro Villar Mello – na Seção Pesquisa Legislativa.

Deste modo, a Edição n. 8 se inicia com o artigo do Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Iowa/EUA – Mihailis E. Diamantis: O CORPO CORPORATIVO, trabalho vertido para o português pelo signatário, com a gentil e generosa autorização do estimado Prof. Diamantis. Nesse artigo, é feita uma instigante (re)leitura do Direito Penal Econômico estadunidense a partir da distinção entre *actus reus* e *mens rea*, bem assim do postulado da teoria do *respondeat superior*. A propósito, não é ocioso dizer que a doutrina penalística norte-americana tem exercido grande influência na generalidade dos países e, em particular, no contemporâneo Direito Penal brasileiro.

Em seguida, temos o artigo da Professora Letícia de Mello: A ORDEM TRIBUTÁRIA E A LEGITIMIDADE DO SISTEMA PUNITIVO FISCAL À LUZ DA TEORIA DO BEM JURÍDICO. Trata-se de uma instigante análise acerca do dissenso doutrinário e jurisprudencial a respeito da

legitimidade do Direito Penal Tributário – tema sempre relevante! –, cotejando-o com a tradicional e atual discussão teórico-dogmática do bem jurídico-penal.

O terceiro artigo – mais uma iniciativa no contexto da internacionalização da **RCPJM** – é da autoria do Professor Titular de Direito Penal da Universidade de Pádua/Itália – Giovanni Cocco, intitulado *LA PUNIBILITÀ QUALE QUARTO ELEMENTO DEL REATO E LA CD. GIUSTIZIA RIPARATIVA: UMA INTRODUZIONE CON RIFERIMENTO ALLE RECENTI RIFORME ITALIANE*. Cuida-se de oportuna colaboração do Prof. Cocco para com a nossa **R-CPJM**, *in casu* por intermédio de caudalosa digressão teórica da categoria da punibilidade como integrante do conceito analítico do delito, contextualizando – a *punibilità* – com o instituto da justiça restaurativa, vis-à-vis seu proeminente destaque na recente legislação penal peninsular.

Na sequência, apresenta-se o artigo do estimado Professor e Juiz Federal Vlamir Costa Magalhães, com o título CORRUPÇÃO PRIVADA, FUTEBOL E A LEI GERAL DO ESPORTE: O PRENUNCIADO FRACASSO NA PROMOÇÃO DO *FAIR PLAY* GERENCIAL-DESPORTIVO NA PÁTRIA DE CHUTEIRAS. Assim como os demais, elabora-se uma invejável incursão doutrinária a respeito do delito de corrupção privada, delito este introduzido, no nosso ordenamento jurídico, pela “Lei Geral do Esporte”. Para tanto, o artigo encontra-se secundado com importantes reflexões teóricas, de envergadura internacional, que o Prof. Magalhães nos brinda a partir da conclusão do seu Pós-Doutoramento na quase milenar Universidade de Coimbra/Portugal.

A contribuição seguinte é do renomado Professor Emérito de Direito Penal da Universidade de Florença/Itália – o catedrático Ferrando Mantovani –, intitulado O DIREITO PENAL DO INIMIGO, O DIREITO PENAL DO AMIGO, O INIMIGO DO DIREITO PENAL E O AMIGO DO DIREITO PENAL. Está-se diante de um verdadeiro *tour de force* das tendências político-criminais que se digladiam na atualidade, aportando-se uma crítica – diga-se em particular, pertinente – àqueles que, ao invés de buscar o aprimoramento da Ciência do Direito Penal, se comprazem em tentar “implodir-la”, a troco de não-se-sabe-o-quê. Enfim, Ferrando Mantovani, com sua monumental cultura jurídica, elabora um artigo científico não somente atual, como deverasmente conectado ao pensamento acadêmico da atualidade.

O sexto artigo da relação ora publicada é de autoria do Professor João Pedro Barione Ayrosa, mestrando na *Humboldt-Universität zu Berlin*, que recebe o título de COAUTORIA EM DELITOS CULPOSOS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Com efeito, trata-se de uma importante e bem-elaborada digressão doutrinária a respeito da orientação

jurisprudencial do “Tribunal da Cidadania” no que pertine à possibilidade do reconhecimento do instituto da coautoria em sede de delitos culposos.

O artigo seguinte é de autoria do Professor Raphael Thadeu Carvalho Dias Gaudio: NOTAS SOBRE A RESPONSABILIDADE PENAL DO AUDITOR EXTERNO POR CRIMES PRATICADOS NA EMPRESA. Cuida-se de uma proposição analítico-teórica sobre a possibilidade de se responsabilizar (ou não) o auditor externo por crimes corporativos havidos no âmbito da empresa auditada. Dentre outras, são feitas considerações a respeito das limitações temporais do processo de imputação, bem como da intervenção do auditor no processo do *iter criminis* e da justeza da sua punição por comportamento comissivo ou omissivo.

O oitavo trabalho veiculado no Número 8 é de autoria do Professor Iago Santana de Jesus: A FUNÇÃO DO COMPLIANCE PARA INIBIR INIMIGO OCULTO NA SOCIEDADE EMPRESARIAL. Neste artigo, Iago Santana de Jesus se debruça sobre a função desempenhada pelo oficial de compliance, em especial na possível prática de ilícitos empresariais, bem como os critérios da sua responsabilização, não somente na esfera criminal, como, igualmente, nas esferas cível e trabalhista, nomeadamente nos casos de violação dos deveres de fidelidade para com os objetivos sociais da companhia.

Em seguida, o leitor encontra o artigo escrito a quatro mãos pelos Professores Vanessa Borges Santos e Humberto Tostes Ferreira – este último também integrante da equipe de pesquisadores do CPJM. O título do estudo é ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS EM RAZÃO DE INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA. Cuida-se de um trabalho doutrinário relativo aos fundamentos jurídicos dos votos do Ministros do Superior Tribunal, no caso de reconhecimento da extinção da punibilidade de uma companhia em virtude da sua incorporação por outra sociedade empresarial (Recurso Especial n. 1.977.172-PR).

O décimo trabalho constante do rol da **R-CPJM** foi também escrito em coautoria – no caso, na língua inglesa – pelos Professores Marcelo Rodrigues da Silva Torricelli e Gabriela Carr Furlan: *THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE TO PRODUCE INFORMATION OR EVIDENCE IN THE INVESTIGATION OF BIDDING CRIMES*. Trata-se de mais um trabalho científico relativo à utilização da inteligência artificial no campo do Direito Penal, particularmente pelos órgãos de controle de certames licitatórios e contratações públicas, visando escrutinar se a IA vulneraria direitos fundamentais de investigados; ao final, os Autores elaboram um paradigmático “estudo de caso”.

Na sequência, encontra-se o artigo escrito pelos Professores Cintia Coelho Dias e Roberta Valiatti Ferreira: O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ATIVIDADE DE COMPLIANCE: RISCOS E BENEFÍCIOS. No caso, as Autoras discorrem sobre a aplicação da já mencionada Inteligência Artificial aos programas de conformidade corporativa, bem como os riscos e dos benefícios que a novel tecnologia transmitem para os esforços de “estar em compliance”. De fato, parece inesgotável o potencial da IA para com o Direito Penal, tanto em termos teóricos como na práxis da advocacia criminal e corporativa.

*Last not least*, o já mencionado trabalho investigativo do Professor e Pesquisador Rodrigo de Castro Villar Mello: PANORAMA LEGISLATIVO SOBRE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA. Por intermédio do método empírico e experimental – que, na verdade, tem sido uma das vocações do CPJM – o Autor procura escrutinar o trabalho legislativo em curso no Parlamento brasileiro, relativamente à temática dos programas de integridade ou compliance, responsabilidade penal do ente moral, proteção do informante e temática correlata. Nesse tópico, é sintomático observar a existência de dezenas de projetos de lei que visam, em maior ou menor extensão, modernizar o ordenamento jurídico do Brasil.

Antes de encerrar o epítome do Número 8, faz-me mister registrar nossos efusivos agradecimentos à Equipe Editorial da **R-CPJM**, bem como aos estimados Professores avaliadores do nosso periódico científico. A bem da verdade, sem essa convergência de esforços científicos, essa edição não teria vindo a lume. Por fim, como de praxe, veiculamos para consulta imediata dos leitores, os *links* de diversos indexadores nacionais e internacionais de revistas e periódicos aos quais a Revista do CPJM já se encontra indexada.

Bom proveito e uma excelente leitura!

**ARTUR GUEIROS**

**Editor-Chefe da R-CPJM**